

# Comissão antecipa entrega a Sarney do projeto de reforma

**BRASÍLIA (O GLOBO)** — O presidente da Comissão do PDS que estuda a reforma eleitoral, senador Aloysio Chaves (PA), pretende antecipar o prazo de entrega do documento ao presidente do partido senador José Sarney. O mesmo documento será levado ao conhecimento da Oposição até o próximo dia 30.

Com poucos pontos ainda indefinidos, a comissão do PDS reúne-se terça, quarta e quinta-feiras na sede do PDS para a discussão final e a elaboração do texto do documento, que será levado ao conhecimento do presidente João Figueiredo pelo senador José Sarney e pelo secretário-geral, deputado Prisco Viana.

A proibição de coligações partidárias ou a adoção do voto vinculado em todos os níveis, como fórmulas capazes de evitar o agrupamento de fato dos partidos de oposição, que poderia causar prejuízo ao pluripartidarismo, são os únicos pontos ainda indefinidos do projeto de reforma partidária do PDS.

Ao revelar as dúvidas do partido do Governo, uma alta fonte do PDS explicou que a preocupação maior da comissão é promover a reforma na legislação eleito-

ral, sem afetar a consolidação do pluripartidarismo.

O temor do Governo, segundo esta fonte, é que em represália à proibição das coligações, os partidos de oposição possam, por exemplo, cumprir a ameaça de se fundirem numa única agremiação.

## DISTRITO

A comissão recomendara estudos sobre o voto distrital e sua aplicação a partir das eleições de 1986, por considerar que nas eleições gerais de 1982 não haverá tempo útil.

O senador Aloysio Chaves considerou inviável a escolha de um estado para experiência, porque representaria uma ruptura no sistema eleitoral. A idéia do senador Abelardo Jurema é que fosse escolhido um dos menores Estados da Federação, e nele fosse realizada a experiência do voto distrital misto, que serviria como teste para a sua inteira aplicação em todos os Estados nas eleições proporcionais de 1986.

O documento, que será discutido pela comissão partidária da reforma eleitoral nas reuniões que serão feitas terça, quarta e quinta-feiras, segundo Aloysio Chaves, não tratará do voto distrital como um meio viável para as eleições do próximo ano.

## Oposição obtém informações sobre as alterações na lei

Embora se recusem a confirmá-lo publicamente, dirigentes da Oposição já obtiveram, em caráter oficioso, informação sobre alguns pontos fundamentais da reforma eleitoral pretendida pelo Governo.

Nesses contatos, confirma-se a definição de quatro itens: vinculação dos votos para deputado federal, deputado estadual e vereador; proibição das coligações; sublegenda para as eleições de governador; voto facultativo.

### ULYSSES/SARNEY

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, teve alguns contatos com o presidente do PDS, José Sarney. Quarta-feira, Sarney tentou marcar um encontro, à noite, com o presidente do PMDB, mas Ulysses, com viagem marcada para São Paulo, não pôde comparecer. No início da próxima semana, eles devem reunir-se.

Desde quarta-feira, tanto Ulysses como o líder do PP na Câmara, Thales Rámalho, davam como certa a definição do Governo a respeito de vinculação, coligações, sublegendas e voto facultativo. Ainda um dia antes, Thales defendia, contudo, a tese de que nada estava definido, nem a nível de partido nem a nível de Governo, pois — argumentava — as medidas

em estudo não conseguiam atender, sem exceções ponderáveis, aos interesses dos parlamentares do PDS.

### KLEIN VÊ CONFLITO

Não sei quem fala pelo Governo: se o senador José Sarney, o ministro Abílio Ackel, o deputado Cândido Sampaio ou qualquer outro — disse ontem o líder do PMDB na Câmara, Odacir Klein, ao expor suas dúvidas sobre o encaminhamento da reforma eleitoral.

Mostrando-se cético em relação à afirmativa do presidente do PDS, senador José Sarney, de que o projeto será levado ao Congresso em agosto ou início de setembro, Klein afirmou que “há um conflito de opiniões” entre os dirigentes do partido do Governo, o que tornaria relativo o valor de suas manifestações.

### LEI FALCÃO

O líder do PMDB disse que o Governo se prepara para regular a propaganda eleitoral de forma a “evitar as coligações” e “supervalorizar os candidatos do PDS”. O anteprojeto governamental, disse ele, representa um “estelionato político”, na medida em que “estabelece uma hora de propaganda para o partido maioritário”.